



# As políticas para as artes e a Fundação Nacional de Artes: 2003-2016<sup>1</sup>

*Gisele Nussbaumer*<sup>2</sup>

- .....
- 1 Este artigo consiste em uma versão revista e aperfeiçoada do texto apresentado no VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais da FCRB, em maio de 2017, tendo sido desenvolvido durante estágio pós-doutoral realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).
  - 2 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Faculdade de Comunicação e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail*: gica.mn@gmail.com

## RESUMO

O artigo busca contribuir para a reflexão sobre as políticas para as artes no Brasil e o papel da Fundação Nacional de Artes (Funarte) enquanto órgão responsável, no governo federal, pelo desenvolvimento de políticas públicas nesse âmbito. Discute-se, a partir de entrevistas realizadas com gestores e ex-gestores, articuladores e consultores da Funarte e do Ministério da Cultura (MinC), o processo de construção da Política Nacional das Artes (PNA) e as questões mais importantes nele apontadas, como o fomento para as artes, a difusão, os marcos legais, a gestão da Funarte e o lugar que a instituição vem ocupando em termos de reconhecimento.

**Palavras-chave:** Funarte. Políticas culturais. Políticas para as artes.

## ABSTRACT

The article aims to contribute to the reflection on policies for the arts in Brazil and on the role of the National Arts Foundation (Funarte) as the responsible agency in the federal government for the development of public policies in this field. Based on interviews with managers and former managers, articulators and consultants of Funarte and the Ministry of Culture (MinC), the process of building the National Arts Policy (PNA) is discussed, as well as the most important issues mentioned therein, such as the promotion of the arts, the dissemination, the legal frameworks, the management of Funarte and the place the institution has been occupying in regard to its recognition.

**Keywords:** Funarte. Cultural policies. Policies for the arts.

## O CONTEXTO: AS POLÍTICAS CULTURAIS E AS POLÍTICAS PARA AS ARTES

A partir de 2003, com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), deu-se início a um conjunto de políticas inovadoras no âmbito da cultura. Impôs-se e difundiu-se uma compreensão mais ampla da própria cultura, foi instituído o paradigma da diversidade cultural e criados importantes programas para a área. No que se refere especificamente às artes, no entanto, em termos de políticas públicas não se constata os mesmos avanços obtidos em outros setores.

A Fundação Nacional das Artes (Funarte), criada em 1975 e responsável pelas políticas para as linguagens artísticas, teve a sua trajetória marcada por disputas diversas e sucessivas crises. Apesar do papel que teve no enfrentamento a vertentes preservacionistas que avançavam em determinados momentos, de ter sido considerada uma “instituição modelo”, a partir da criação do MinC, em 1985, passa a ter seus dirigentes desempoderados, sua estrutura

desmantelada e a vivenciar um isolamento político que, de alguma forma, se mantém até hoje.

Como registra Isaura Botelho, no livro *Romance de Formação: Funarte e a política cultural*, ao refazer a trajetória do órgão até a década de 1990:

A criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, traz sérias consequências para todas as instituições do sistema. Perda de autonomia, superposição de poderes, falta de uma política cultural definida, corrida por cargos, funcionários despreparados vindos de outras áreas, clientelismo dos Estados. As alterações no diálogo com a sociedade começam a se fazer sentir pelo deslocamento dos caminhos tradicionais de financiamento: o MinC arrebatou parcela considerável dos interlocutores das instituições, e a primeira lei de incentivos fiscais é promulgada em 1986. (BOTELHO, 2001, p. 27)

O enfraquecimento institucional e político da Funarte, cuja sede fica na cidade do Rio de Janeiro, não foi superado desde então, nem durante a gestão do ex-ministro Gil no MinC (2003–2008), período que, inquestionavelmente, foi um marco para as políticas culturais no país. Mesmo tendo a Funarte passado por uma reestruturação nessa gestão, adotado o uso crescente de editais e a descentralização dos recursos como diretrizes principais, bem como contribuído decisivamente para a instalação das Câmaras Setoriais, que deram origem aos Colegiados Setoriais vinculados ao Conselho Nacional de Política Cultural (Cnpc), não se pode afirmar que houve uma transformação na instituição nesse período.

Na gestão seguinte, com Juca Ferreira à frente do MinC (2008–2010), o quadro da Funarte também não se alterou significativamente, apesar de, em seu discurso de posse, o então ministro ter reconhecido e registrado o pouco avanço obtido nas políticas para as artes nos anos anteriores, bem como a necessidade de fortalecer essa instituição.

O ministério precisa redefinir seus desafios, suas metas e uma delas é fortalecer a Funarte e em diálogo com os artistas, construir as políticas públicas de dança, de teatro, de artes visuais, de fotografia e de todas as linguagens que estão sob a responsabilidade da Funarte, que foi a instituição mais desestruturada por aquele golpe que tivemos das instituições culturais no governo Collor. Acho que faltou um pouco de perspicácia nossa, que a gente deveria ter investido um pouquinho mais na Funarte, e nas políticas para as artes. (DISCURSO..., 2008)

Em termos de recursos, no entanto, conforme a publicação Oito anos de cultura, que traz um balanço da atuação do MinC de 2003 a 2010, o orçamento da Funarte chegou a atingir R\$ 101,6 milhões em 2010, valor “sete vezes maior que o de 2003”. (BRASIL, 2010, p. 92) Mesmo com esse incremento, a estrutura e o orçamento da instituição continuaram insuficientes para fomentar a produção artística em todo o país, e nenhum investimento mais contundente, em termos de políticas públicas para as artes, foi levado adiante, o que talvez tivesse sido possível não fosse a mudança de comando no MinC nos quatro anos seguintes.

Com Dilma Rousseff na presidência da república (2011–2014 e 2015–2016), apesar do legado estabelecido e do reconhecimento público do trabalho que vinha sendo realizado no MinC, o investimento em cultura diminuiu e não houve a continuidade de políticas bem-sucedidas, como era esperado. Foi um período de polêmicas e descontinuidades, com as gestões de Ana de Hollanda (2011–2012) e Marta Suplicy (2012–2014)<sup>3</sup> como ministras, o que obviamente refletiu na atuação da Funarte e demais entidades vinculadas ao MinC. Em uma tentativa de contornar as críticas e o descontentamento no meio cultural, sobretudo artístico, em seu segundo mandato, em 2015, a presidenta convidou Juca Ferreira para retornar ao MinC, quando então o sociólogo, mais uma vez, afirmou seu compromisso com as artes e com a Funarte, criando

.....

3 Apesar da aprovação do Vale Cultura e da Lei Cultura Viva na gestão de Marta Suplicy.

a expectativa de retomada do trabalho que vinha sendo realizado anteriormente, desta vez com uma maior atenção às artes.

Tendo o filósofo Francisco Bosco nomeado como presidente e atuando de forma mais alinhada com o MinC, a Funarte, então, buscou um maior protagonismo e lançou a proposta de uma Política Nacional das Artes (PNA). O processo de construção da PNA, que teve início em março de 2015, como uma ação prioritária para o MinC conduzida pela Funarte, envolveu gestores públicos, articuladores de áreas, consultores, colegiados setoriais, sociedade civil e teve como base inicial os Planos Setoriais dos Colegiados Setoriais do CNPC, com o objetivo de dotar o país de uma política nacional para as artes.

Em maio de 2016, no entanto, um ano e pouco depois do seu lançamento, esse processo foi bruscamente interrompido com o golpe e a ascensão do vice Michel Temer à presidência, justamente no momento da entrega das propostas de programas decorrentes desse processo de construção da PNA. O MinC chegou a ser extinto logo após a posse de Temer e a pasta da cultura foi reduzida a uma secretaria, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), assumido pelo ex-deputado Mendonça Filho (DEM-PE),<sup>4</sup> tradicionalmente comprometido com os interesses do agronegócio. A recriação do MinC meses depois, em setembro, devido a intensa pressão da classe artístico-cultural, inclusive com a ocupação da sede da Funarte e outros espaços, não significou, no entanto, uma retomada e a continuidade das políticas que vinham sendo adotadas. Até mesmo porque, em pouco mais de um ano estiveram à frente da pasta quatro diferentes dirigentes. No auge da polêmica da extinção do ministério, em maio de 2016, assumiu a Secretaria de Cultura do MEC, e logo em seguida o MinC recriado, o diplomata Marcelo Calero, até então secretário de cultura da cidade do Rio de Janeiro. Em novembro do mesmo ano, em meio a denúncias, ele pede demissão e o cargo é assumido pelo deputado federal

.....

4 Democratas em Pernambuco (DEM-PE).

Roberto Freire (PPS-SP).<sup>5</sup> Em maio de 2017, em seu lugar assume como interino o cineasta João Batista de Andrade, sendo em julho nomeado como ministro o jornalista e gestor Sérgio Sá Leitão.

Nesse contexto de instabilidade política e institucional, do processo da PNA restou um relatório de atividades, apressadamente disponibilizado no *site* do MinC após o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Roussef. Esse relatório, intitulado “Processo de construção de políticas públicas atualizadas, duradouras e estruturantes para as artes brasileiras: Presente para o futuro”, torna públicas as reflexões e os documentos produzidos pela equipe responsável pela PNA no período de março de 2015 a maio de 2016.

É sobre esse conjunto problemático, envolvendo o processo de construção da PNA, as questões mais importantes nele apontadas, seus resultados e sua interrupção abrupta devido ao contexto político, que trataremos a seguir, tendo como subsídios, além do relatório mencionado, o ponto de vista de gestores e ex-gestores, bem como de articuladores, consultores e membros da equipe responsável pela PNA.<sup>6</sup>

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES (PNA)

Nos pouco mais de dez anos que se passaram desde 2003, quando Gil assumiu o MinC, até maio de 2016, passaram pela Funarte cinco diferentes presidentes,<sup>7</sup> nem sempre alinhados com as prioridades e

5 Partido Popular Socialista de São Paulo (PPS-SP).

6 Entrevistados: Francisco Bosco (ex-presidente da Funarte), Leonardo Lessa (ex-diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte), Marcos Lacerda (diretor do Centro de Música da Funarte), Maristela Rangel (diretora do Centro de Programas Integrados da Funarte), Xico Chaves (diretor do Centro Artes Visuais da Funarte), Fabiano Carneiro (coordenador de Dança da Funarte), Carlos Paiva (ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC e membro do Comitê da PNA), João Brant (ex-secretário Executivo do MinC e membro do Comitê da PNA), Rui Moreira (articulador de Dança da PNA), Cacá Machado (articulador de Música da PNA e ex-diretor do Centro de Música da Funarte), Marcelo Bones (articulador de Teatro da PNA e ex-diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte), Maria de Fátima Pontes (consultora de Circo da PNA), Marila Velloso (consultora de Dança da PNA) e Milena Britto (consultora de Literatura da PNA).

7 Nos governos Lula e Dilma estiveram à frente da Funarte: Antônio Grassi (2003-2007),

diretrizes do MinC, o que parece ter dificultado não apenas as relações entre a Funarte e o MinC, como um maior protagonismo da primeira no cenário cultural desse período. Diferente do que vinha acontecendo, com a nomeação de Bosco na presidência da Funarte em 2015, cargo que ocupou até maio de 2016, a expectativa passou a ser não apenas um trabalho mais alinhado politicamente com o MinC, mas que tivesse continuidade e impacto nas políticas para as artes, com a construção da PNA. Conforme avalia o próprio Bosco (2016),

Na era Gil/Juca, a Funarte até desfrutou de bons orçamentos [...], mas talvez, por razões de política interna entre o MinC e o PT, não tenha havido uma boa sincronia entre a Funarte e o sentido geral de atuação do MinC, de modo que a Funarte não refletiu à altura as transformações produzidas pelo MinC. Eu fui chamado justamente para fazer esse alinhamento.

A relação entre a Funarte e o MinC nesse período é objeto de diagnósticos contundentes de outros entrevistados envolvidos no processo de construção da PNA, como Marcelo Bones, articulador da área de Teatro e ex-diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte. Para ele, existe aí uma relação “esquizofrênica”, e

Na base disso está a incapacidade de se pensar o que é uma política para as artes, de trabalhar com o pressuposto de que a Funarte faz isso e que o MinC faz outro tipo de intervenção. Eu acredito que nos últimos anos essa relação foi difícil, complicada, personalizada muitas vezes entre o ministro e setores do Ministério da Cultura com o presidente da Funarte. A questão não é a falta de recursos, de prioridade, é a falta de entendimento institucional, do que significa ter uma

---

Celso Frateschi (2007-2008), Sérgio Mamberti (2008-2010), Antônio Grassi (2011-2013), Guti Fraga (2013-2015) e Francisco Bosco (2015-2016). No governo de Temer, assumiram a presidência da instituição Humberto Braga (2016) e Stepan Nercessian (2016-atual).



política pública para as artes e as instituições que deveriam executar, propor e avaliar essas políticas públicas. (BONES, 2016)

Como vimos no início deste texto, foi justamente (ou sobretudo) a partir da criação do MinC que a Funarte foi perdendo o seu prestígio e deixando de ter um protagonismo enquanto instituição formuladora de políticas públicas para as linguagens artísticas. Mesmo com a intenção de fortalecer a Funarte, no período que vai de 2003 a 2016, o MinC, através de suas secretarias, acabou muitas vezes desempoderando e sobrepondo a Funarte naquilo que é a sua responsabilidade, pelo menos no atual desenho institucional. Tal postura, resultante em grande medida de disputas políticas internas, parece ter colaborado com o quadro histórico de enfraquecimento institucional e político da Funarte, mesmo sendo o discurso e os objetivos outros, contrários. Marcos Lacerda (2016), diretor do Centro de Música da Funarte, ao comentar essa conflituosa relação entre a Funarte e o MinC e a expectativa que houve em torno do processo de construção da PNA, assim como de um possível protagonismo da instituição na formulação de políticas públicas para as artes no país, registra que

É comum ouvir dos antigos gestores da Funarte – e mesmo do próprio ministro Juca – que a gestão do Gil, e dele mesmo, não pensou uma política específica para as artes, do mesmo modo que pensou – e foi muito bem sucedida – uma política específica para a cultura. Acho correta essa afirmação. A segunda gestão do Juca Ferreira, interrompida pela mudança de governo no processo de impedimento, se apresentava como possibilidade de avançar no âmbito das artes e, nesse sentido, a Funarte teria um protagonismo. De 2015 até maio de 2016, a criação de uma política nacional das artes apontava para isso. No âmbito da prática governamental dentro do sistema MinC, no entanto, a Funarte era tratada de forma

subalterna, como braço operativo para ações definidas pelas secretarias do MinC.

De fato, o retorno de Juca Ferreira como ministro da cultura se apresentava como uma possibilidade de avanço também no âmbito das artes, inclusive devido ao reconhecimento da necessidade de fortalecimento da Funarte e de um investimento mais concreto nas políticas específicas para o setor. Se tivesse tido continuidade essa gestão, a PNA poderia ter se tornado o marco de um processo sem precedentes no Brasil: o de construção de um conjunto de políticas para as artes, formulado em âmbito nacional com a participação de representantes da classe artística e da sociedade civil organizada. Acontece que, com a interrupção desse processo, devido ao novo quadro político, os resultados alcançados com a PNA acabaram não sendo submetidos a uma avaliação pública mais ampla, envolvendo outras instâncias de participação, o que seria essencial para um maior fortalecimento da proposta. O processo de construção da PNA precisava ainda avançar, considerando inclusive que os próprios envolvidos têm críticas em relação aos resultados obtidos. Cacá Machado (2017), por exemplo, articulador da área de Música e ex-diretor do Centro de Música da Funarte, apesar de acreditar nas potencialidades do processo da PNA caso tivesse tido continuidade, aponta algumas fragilidades no seu desenvolvimento.

Acho que foi o início de um processo que começou equivocado, foi feita uma autocrítica, o relatório demonstra essas fragilidades, mas também as potencialidades do que poderia ter sido a Política Nacional das Artes se ela tivesse sido desenvolvida com mais tempo. [...] o que vimos nesse processo foi um desequilíbrio e gestores com uma certa dificuldade de fazer a leitura histórica de construção dos anos anteriores.

Como sabemos, a falta de um corpo técnico qualificado e permanente no quadro de pessoal das instituições públicas de modo geral,

e da área cultural em particular, capaz de garantir a continuidade e o aprimoramento de iniciativas e programas em andamento, aliada a falta de lideranças e a fraca mobilização da classe artística, é um dos grandes entraves para o avanço de processos como o proposto, de construção de uma política nacional para as artes, para além dos interesses individuais.

Nessa perspectiva, Rui Moreira (2016), articulador da área de Dança, apesar de também registrar que o processo de construção da PNA precisaria ter avançado em etapas seguintes, destaca a importância que teve esse trabalho em termos de mobilização e politização dos atores e movimentos envolvidos:

Os processos que estavam sendo pensados e organizados para ganhar efetivação enquanto ação perderam a importância com a mudança brusca de rumos de gestão do país. [...] Talvez possamos considerar como resultado, e positivo, o desenvolvimento ampliado de processos de politização dos movimentos organizados pela sociedade civil. Esta organização foi responsável por pressionar pela continuidade do Ministério da Cultura por exemplo. Lógico que não é a PNA o movimento responsável por isto, mas as mobilizações provocadas durante o programa contribuíram em certa medida. [...] A PNA cumpria sua primeira etapa que era a reorganização das demandas dos últimos anos nos setores artísticos e revisão das propostas desse período. O próximo passo que se iniciava era um aprofundamento técnico para avaliar iniciativas que pudessem ser implantadas efetivamente como políticas públicas para as artes em âmbito nacional. Talvez tenha sido um vislumbre apenas, mas que envolveu recursos públicos e energia de mobilização social. Quando interrompido o processo aumentou a sensação de decepção e descredito social.

Um outro depoimento que vale destacar é o de Maristela Rangel (2016), diretora do Centro de Programas Integrados da Funarte,

isso porque mesmo se referindo especificamente a PNA, ela faz uma crítica a descontinuidade que marca a atuação na área da cultura e no setor das artes em particular, além de recuperar o importante papel das Câmaras Setoriais nos primeiros anos das gestões de Gil e Juca:

Os resultados já estavam apontados quando da implantação e conclusão das Câmaras Setoriais de Cultura, onde a Funarte foi a protagonista das artes no ano de 2005. A PNA apenas atualizou as discussões de 2005. A PNA foi uma estratégia política equivocada, inclusive bastante criticada pelos agentes culturais. É necessário executar as ideias já discutidas e não permanecer nas discussões. É necessário implantar uma Política de Cultura de Estado, as diretrizes já foram todas constituídas há 11 anos e estamos parados na implantação dessas políticas.

A metodologia adotada pela Funarte previa iniciar o processo de construção da PNA com uma “Caravana das Artes”. No entanto, para aqueles que já vinham acompanhando mais de perto as políticas culturais do MinC, depois de tantas iniciativas de escuta e participação social, com a realização de encontros, Conferências de Cultura e a constituição de Colegiados Setoriais, a proposta de uma “caravana”, conduzida por uma nova equipe, soou como uma desconsideração em relação aos debates e, sobretudo, aos documentos produzidos até então. A expectativa, a essa altura e no contexto de uma crise que se anunciava, era de implantação de medidas e políticas que já vinham sendo debatidas nos últimos anos. As críticas levaram a uma revisão dessa metodologia e “propôs-se então que os projetos e programas fossem elaborados a partir de um levantamento dos trabalhos, propostas e experiências já realizados nos últimos anos”. (FUNARTE, [2016], p. 8)

## OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PNA: EIXOS TRANSVERSAIS

Apesar dos questionamentos e críticas feitas ao processo e resultados da PNA, o relatório disponibilizado, além de reunir propostas para cada linguagem (Eixos Setoriais), que não cabem aqui tratar pelas suas singularidades, apresenta sugestões e indicações de encaminhamento para questões comuns a todas as linguagens (Eixos Transversais) que há muito tempo estão na pauta dos debates e precisam ser enfrentadas.

Em relação a esses Eixos Transversais, o Comitê Executivo da PNA,<sup>8</sup> delimitou quatro temas estruturantes, cujo debate e principais conclusões são apresentados no Relatório da PNA: fomento às artes, difusão das artes, marcos legais e gestão da Funarte.

Quanto ao primeiro tema, o fomento às artes, partindo do princípio de que a construção da PNA só poderia se dar de forma duradoura se vinculada ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), e que no SNC os fundos setoriais têm um papel central, surgiu a proposta de um pacto federativo de fomento às artes entre os governos estaduais e federal. Esse pacto incluía a constituição de um fórum de gestores e a criação de um programa piloto, o Programa Plurianual de Apoio a Ações Continuadas, voltado para o fomento a três elos que estruturam as redes produtivas das artes: eventos calendarizados, manutenção de espaços e equipamentos culturais e manutenção de grupos e coletivos artísticos. (FUNARTE, [2016], p. 10–13)

O relatório da PNA, entretanto, não traz uma discussão mais ampla sobre os principais mecanismos de fomento das artes, os editais e as leis de incentivo fiscal, que possuem uma abrangência que vai além dos eventos calendarizados, espaços e equipamentos culturais e/ou grupos e coletivos, privilegiados na proposta desse programa piloto.

- .....
- 8 Faziam parte do Comitê Executivo da PNA: Juca Ferreira (ex-ministro), João Brant (ex-secretário executivo do MinC), Guilherme Varella (ex-secretário de políticas culturais do MinC), Adriano de Angelis (ex-assessor especial do MinC), Francisco Bosco (ex-presidente da Funarte) e Leonardo Lessa (ex-diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte).

Como sabemos, os editais enquanto mecanismo são hoje insuficientes e inadequados, considerando tanto o formato como os critérios muitas vezes adotados para a escolha de projetos, quando existentes. O mesmo pode ser dito em relação ao orçamento disponibilizado para os fundos de cultura em relação aquele possível de ser acessado via leis de incentivo. Assim, se os editais foram fundamentais como alternativa ao apoio direto, à política de balcão, hoje se faz urgente um aprimoramento dos mesmos, pelo menos até que se tenha outras alternativas tão ou mais democráticas de financiamento.

Alguns depoimentos dos entrevistados traduzem bem as críticas que vem sendo feitas aos editais já há algum tempo:

Eu não acho bom trabalhar com edital, mas é a ferramenta mais republicana que nós temos. Ela é muito desigual, para o edital funcionar bem, ele precisa ser muito refinado e esse refinamento precisa ter um histórico de gestões e de políticas públicas que consigam diagnosticar com segurança os problemas do setor e só se faz isso com muito tempo e continuidade de política pública, tudo aquilo que nós não temos. Então se você usar a ferramenta do edital sem ter esse lastro histórico de entendimento e articulação, ele vira uma ferramenta muito mais de exclusão do que de inclusão. (MACHADO, 2017)

Os editais [...] prejudicaram bastante o setor das artes quando viciaram o mesmo apenas em editais pontuais, sem nenhuma política pública de incentivo continuada, concreta, que possibilitasse o fomento, a fruição, a formação e a circulação das expressões. (PONTES, 2016)

A existência dos editais é positiva, entretanto, sem um pensamento conceitual, estruturante e profundo sobre a complexidade da linguagem, não trazem muitas vantagens a longo prazo. [...] não cobrem as demandas da

linguagem, há conceitos arcaicos nas formulações e limitações de compreensão da linguagem e suas formas contemporâneas. (BRITTO, 2016)

Ainda sobre os editais específicos para as artes, Carlos Paiva (2017), ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC, defende que a execução direta desse mecanismo, quando realizada com recursos da esfera federal, não deveria ser de responsabilidade da Funarte e sim descentralizada, isso porque

A descentralização possibilitaria melhor planejamento na alocação de recursos por região, assim como uma melhor avaliação dos projetos recebidos. Há dinâmicas culturais regionais que são menos evidentes para o MinC ou para comissões de seleção que analisam propostas de todo o território nacional. Seleções estaduais ou municipais terão melhor condição de observar estas dinâmicas no momento de decisão de investimento.

Paiva acredita ainda que, ao sair do papel de executora direta para o de coordenadora de um sistema, a instituição teria mais condições de desenvolver um trabalho de levantamento de dados e indicadores, acompanhamento e avaliação, contribuindo para o debate e o aperfeiçoamento dessas políticas.

Também Bosco (2016) defende que a Funarte passe a atuar mais como articuladora do que executora:

A Funarte é hoje uma instituição, sobretudo, executora de grandes editais nacionais. No âmbito da construção da Política Nacional das Artes (2015/16) desenvolvemos a perspectiva segundo a qual a Funarte deveria tornar-se antes uma articuladora e co-formuladora (junto às demais instâncias federativas, estados e municípios) de políticas públicas para as artes, levando adiante, desse

modo, o projeto (que vinha da gestão Gil/Juca) de um sistema federativo para as artes.<sup>9</sup>

Essa seria uma mudança de lógica que poderia impactar significativamente na gestão e no modo de funcionamento da Funarte, possibilitando que ela tivesse, aí sim, uma atuação em âmbito nacional como instituição de referência, formuladora e não executora de editais ou outros mecanismos e programas – considerando que as discussões sobre as políticas públicas para as artes devem ir além da questão do financiamento (embora ele seja um aspecto fundamental), sob pena de se tornarem limitadas e não contemplarem a complexidade da cadeia produtiva da área.

Quanto às leis de incentivo fiscal, sabemos que a profunda concentração dos patrocínios via Lei Rouanet na região sudeste acaba por alijar a maior parte da produção cultural brasileira. Nesse caso, Paiva (2017) traz dados emblemáticos do grau de perversão dessa concentração de recursos:

Toda a captação dos proponentes das regiões Norte e o Nordeste entre 1993 a 2015 (R\$ 945.352.486,84) equivale à captação do Sudeste apenas em 2015 (R\$ 940.223.403,63).<sup>10</sup> Há também grande concentração de recursos em poucos projetos: 1,8% dos projetos captam 25% de todo recurso e 7% dos projetos que mais captam equivalem a 50% de toda captação realizada por ano.

Também quando se trata do fomento específico para o segmento das artes fica evidente a relação desproporcional de investimentos via fundo e renúncia fiscal. Leonardo Lessa, ex-diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, apresenta dados comparativos entre os valores disponibilizados via editais e os captados através da Lei Rouanet que traduzem bem o que ele mesmo classifica como

.....

9 Carlos Paiva. Entrevista citada

10 Os dados de captação por região estão disponíveis em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet>>.



um “desprestígio a que se submetem as políticas formuladas pela Funarte”, se referindo ao pouco volume de recursos para os editais (prêmios) da instituição:

Em 2015, foram apresentados à Rouanet 4.430 projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música e teatro, dos quais 2.177 obtiveram captação com a iniciativa privada, perfazendo o montante de R\$ 890.400.000,00. No mesmo ano, os prêmios da Funarte receberam 4.494 inscrições de projetos das mesmas áreas, contemplando somente 342, com o orçamento direto de R\$ 26.500.000,00, recursos advindos, em sua maioria, do Fundo Nacional de Cultura. A disparidade entre o orçamento investido via renúncia fiscal e aquele destinado ao fomento direto, em desacordo com a demanda apresentada pela sociedade – praticamente igual para os dois mecanismos –, também traduz o desprestígio a que se submetem as políticas formuladas pela Funarte. (LESSA, 2016, p. 31)

Para além da discrepância de valores que aparece quando se analisa os investimentos via fundos e via leis de incentivo, lembrando que estas últimas funcionam em uma lógica neoliberal que não atende o campo da cultura em sua diversidade, também esteve presente durante os debates da PNA a preocupação quanto ao pouco alcance geográfico da atuação da Funarte. Algumas provocações nesse sentido foram inclusive registradas no relatório, tais como a que segue:

Caberia a essa instituição executar mecanismos de fomento à produção nacional enquanto esses mecanismos não sejam capazes de alcançar sequer 1/5 da totalidade de 5.570 municípios brasileiros? [...] Não estaria a Funarte fugindo de seu dever institucional ao se dedicar mais à execução de mecanismos de fomento do que à sua concepção; mais à operacionalização centralizada

de mecanismos do que à articulação entre os diversos atores políticos que compõem o campo das artes? Mais ao fomento à produção do que à circulação e difusão nacional? (FUNARTE, [2016], p. 15)

O segundo tema estruturante dos Eixos Transversais que compõem o relatório da PNA, difusão das artes, deriva em parte dos debates sobre a questão do fomento. Considerando a importância de um maior investimento na difusão das artes, surge a proposta de criação de uma “Rede das Artes”, um programa nacional de difusão da produção artística reunindo espaços, produções, públicos e projetos de caráter continuado. O objetivo seria possibilitar a circulação, por meio de uma plataforma virtual, de agentes de todo o território nacional, estimulando ainda o surgimento e participação de novos agentes ainda mais capilarizados. Os mecanismos de fomento à difusão (como os editais) estariam vinculados e seriam geridos através dessa plataforma, em substituição ao Salic Web, em um trabalho alinhado à Coordenação-Geral de Informações e Indicadores Culturais do MinC. Ativada a plataforma, através do lançamento de editais, seriam disponibilizados os portfólios dos cadastrados. A manutenção da plataforma seria de responsabilidade da Funarte, bem como o financiamento anual dos editais.

O terceiro tema estruturante dos Eixos Transversais do relatório da PNA se refere aos marcos legais para as artes, incluindo legislações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias. Após um levantamento e estudo preliminar das legislações vigentes, em tramitação e lacunas, ficou evidente que o conjunto de leis que temos hoje na área cultural não é capaz de amparar a complexa rede dos segmentos artísticos:

A cultura e as artes estão sempre no esforço de se adequar ou buscar brechas às legislações que não consideram suas especificidades, produzindo permanentemente distorções à sua dinâmica na sociedade e à lógica da legalidade na administração pública. Distorções essas amplamente conhecidas,

como os contornos para enquadramento na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos) no contexto do mecanismo dos editais públicos, a questão da adequação do uso da modalidade de premiação, das prestações de contas dos contemplados nestes mecanismos, dos direitos trabalhistas e previdenciários dos profissionais do campo artístico, do enquadramento na modalidade de Microempreendedor Individual (MEI) [...] das tributações sem distinção entre interesse público e privado que dificultam a circulação e difusão dos bens culturais, dos entraves burocráticos à internacionalização, etc. (FUNARTE, [2016], p. 20-21)

Para enfrentar essa questão, foi proposta a criação de uma frente de trabalho para se debruçar sobre a construção de um conjunto sólido de marcos legais para as artes, cuja importância é inquestionável e novas proposições urgentes.

O quarto e último tema estruturante do processo de construção da PNA foi a própria gestão da Funarte, envolvendo três aspectos principais: os equipamentos culturais sob sua responsabilidade, os apoios discricionários e o organograma da instituição. Em relação a primeiro aspecto, os equipamentos culturais, parece haver um consenso em torno da ideia de que não é função da Funarte gerir mais de 20 equipamentos concentrados em três capitais do sudeste e um na capital federal, para as quais já converge a maior parte dos recursos federais. Para além da questão política, há também o fator econômico, que corrobora a defesa de uma gestão compartilhada desses equipamentos:

Em 2015, a Funarte gastou, apenas com o custeio de seus equipamentos, o equivalente aproximado ao conjunto total de seus recursos (orçamento direto e Fundo Nacional de Cultura) para todas as ações finalísticas, em todas as suas linguagens. É sem dúvida uma desproporção. Caso a gestão desses equipamentos passasse para modelos de parcerias entre o poder público e a iniciativa

privada (gestão compartilhada), a partir de contratos em que o custeio ficasse sob responsabilidade dessa última, todo o recurso atualmente destinado ao custeio poderia ser destinado às demais ações finalísticas da Funarte, praticamente duplicando suas possibilidades (FUNARTE, [2016], p. 29-30)

Além dos argumentos apresentados, relacionados à quem caberia a gestão dos equipamentos públicos hoje sob a responsabilidade da Funarte e seu alto custo de manutenção, vale registrar que esses espaços não podem ser considerados equipamentos de referência nacional a ponto de justificar um investimento federal. Ou seja, a proposta é que os equipamentos culturais em questão não fiquem mais sob a responsabilidade da Funarte, à exceção talvez da Escola Nacional de Circo, mas que sejam geridos ou por outro ente federativo ou mesmo por organizações da sociedade civil, através de uma gestão compartilhada.

No que tange aos critérios para apoios discricionários, segundo aspecto abarcado na discussão sobre a gestão da Funarte, para a realização de suas ações finalísticas a instituição se vale de “seleções públicas” – editais, convênios, licitações etc., que deveriam ser sempre a primeira opção – ou de “escolhas discricionárias” (apoio direto). Chama a atenção no relatório da PNA a defesa da legitimidade da segunda opção, com o argumento (frágil) de que a escolha discricionária possuiria respaldo democrático na medida em que os gestores públicos foram nomeados por um representante legitimamente escolhido pela população e que, diferentemente das seleções públicas, essa escolha permitiria que se estabelecesse uma identidade política e conceitual, por meio de ações específicas de apoio. São apresentadas indicações de critérios para o apoio através dessa escolha, a exemplo de ações que não se adequem tematicamente e financeiramente aos editais e demais mecanismos, que sejam do próprio poder público, consideradas relevantes e sem concorrência

da mesma natureza em andamento na sociedade civil. (FUNARTE, [2016], p. 32)

Quanto à estrutura e organograma da Funarte, terceiro e último aspecto desse tema, são indicadas mudanças que estão no centro dos debates há muito tempo e parecem ser quase um consenso, como:

[a necessidade de um] desmembramento do Centro de Artes Cênicas (CEACEN) em três distintas diretorias de linguagens (Circo, Dança e Teatro), atendendo a um pleito histórico dos setores [...]; [a] criação de uma diretoria de Literatura, para cuidar especificamente [...] [dessa] arte[...]; e a necessidade de se discutir a inclusão de uma diretoria de Artes Digitais [na instituição]. (FUNARTE, [2016], p. 32-33)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um quadro geral da fragilidade das políticas públicas para as artes no Brasil e do papel da Funarte enquanto órgão responsável pelo desenvolvimento dessas políticas em âmbito nacional foi traçado ao tempo em que se discutia o processo de construção da PNA e os resultados apresentados no seu relatório. No que se refere a esse processo, mesmo que seus resultados sejam considerados ainda preliminares e não tenham passado por uma discussão final mais ampla, no âmbito do próprio governo e principalmente junto a sociedade civil, é preciso reconhecer que se trata de um primeiro esforço no sentido de buscar um lugar de destaque para as artes nas políticas culturais que vinham sendo construídas desde 2003.

Em um cenário bem mais dramático e diferente daquele que tínhamos há pouco tempo atrás, temos hoje, pós maio de 2016, a sensação de que dependemos, em grande medida, da volta de um “estado de normalidade democrática” para que venha a ser possível retomar o esforço conjunto de construção de uma Política Nacional das Artes no âmbito do governo federal. Nesse

sentido, o próprio texto de apresentação do relatório de trabalho apresentado é sintomático ao registrar que o Comitê Executivo da PNA, como sua

última ação, transfere para a sociedade civil a responsabilidade de assimilar essas reflexões, apropriar-se desse processo e fazer dessas informações e ideias um instrumento de luta pelo não enfraquecimento do apoio do Estado às artes no Brasil. (FUNARTE, [2016], p. 5)

Tendo em vista um contexto de tamanho retrocesso político e conservadorismo, como o que vivemos, que se complementa com uma certa perplexidade e apatia dos agentes culturais (apesar de alguns movimentos), torna-se fundamental um novo esforço coletivo de articulação e mobilização, que valorize e tenha como parâmetro, na luta por políticas públicas para as artes, o importantíssimo legado dos últimos anos em termos de avanços nas políticas culturais no Brasil, incluindo aí a proposta de construção da Política Nacional das Artes. Isso sob pena de um eterno recomeço, inclusive no que se refere a própria existência de um Ministério da Cultura e de uma instituição como a Fundação Nacional de Artes – ou outra(s) que represente(m) as diversas linguagens, a classe artística e a sociedade civil na necessária mudança no estatuto periférico da cultura e das artes e na construção de suas políticas.

## REFERÊNCIAS

BONES, M. *Entrevista – pesquisa Funarte (Articuladores PNA – Teatro)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 23 nov. 2016.

BOSCO, F. *Entrevista – pesquisa Funarte* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 25 out. 2016.

BOTELHO, I. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976–1990*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2001.

BRASIL. *Ministério da Cultura. Oito anos de cultura: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010*. Brasília, DF, dez. 2010. Disponível em: <[https://issuu.com/isabelea/docs/8anos\\_-balanco\\_minc\\_20x28cm\\_web\\_com\\_capas\\_high](https://issuu.com/isabelea/docs/8anos_-balanco_minc_20x28cm_web_com_capas_high)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRITTO, M. *Entrevista – pesquisa Funarte (Consultores PNA – Literatura)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 15 dez. 2016.

DISCURSO do ministro da Cultura, Juca Ferreira, por ocasião da solenidade de transmissão de cargo. [*Portal do*] *Ministério da Cultura*, Brasília, DF, 28 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset\\_publisher/DmSRakOYtQfY/content/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-por-ocasio-da-solenidade-de-transmissao-de-cargo-169345/10883](http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRakOYtQfY/content/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-por-ocasio-da-solenidade-de-transmissao-de-cargo-169345/10883)>. Acesso em: 28 maio 2016.

FUNARTE. *Política nacional das artes: processo de construção de políticas públicas atualizadas, duradouras e estruturantes para as artes brasileiras: presente para o futuro*. [Brasília, DF, 2016]. Relatório de atividades: março de 2015 a maio de 2016. Disponível em: <<http://culturadigital.br/pna/files/2016/05/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-da-Pol%C3%ADtica-Nacional-das-Artes-4.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GIL, G. O papel fundamental da *Funarte* no Ministério da Cultura. *Funarte: portal das artes*, Brasília, DF, 8 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/ministro.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016.

LACERDA, M. *Entrevista – pesquisa Funarte (Dir. Música)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 17 dez. 2016.

LEIA a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2016.

LESSA, L. O estado da arte. *TREMA!*: revista de teatro, [s.l.], ano 2, n. 7, p. 28–32, ago. 2016. Edição do golpe. Disponível em: <<https://issuu.com/tremaplataforma/docs/2>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MACHADO, C. *Entrevista – pesquisa Funarte (Articuladores PNA – Música)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 11 jan. 2017.

MOREIRA, R. *Entrevista – pesquisa Funarte (Articuladores PNA – Dança)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 20 nov. 2016.

NUSSBAUMER, G. Cultura e políticas para as artes. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Org.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 89-111.

PAIVA, C. *Entrevista – pesquisa Funarte (Comitê PNA – Secretário Fomento MinC)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 6 jan. 2017.

PONTES, M. de F. *Entrevista – pesquisa Funarte (Consultores PNA – Circo)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 13 dez. 2016.

RANGEL, M. *Entrevista – pesquisa Funarte (Dir. Programas Integrados)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gica.mn@gmail.com> em 13 dez. 2016.